

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Entidade administrativa, com personalidade jurídica de direito público, destinada a supervisionar e fiscalizar o ensino superior, criada mediante lei específica,

- A** é regida, predominantemente, pelo regime jurídico de direito privado.
- B** integra a administração direta.
- C** possui autonomia e é titular de direitos e obrigações próprios.
- D** tem natureza de empresa pública.
- E** é exemplo de entidade resultante da desconcentração administrativa.

QUESTÃO 32

Considere que determinada autoridade do TRE/PI tenha negado pedido administrativo feito por um servidor do quadro, sem expor fundamentos de fato e de direito que justificassem a negativa do pedido. Nesse caso, o ato administrativo praticado pela autoridade do TRE/PI

- A** não possui presunção de veracidade.
- B** pode ser editado sob a forma de resolução.
- C** é considerado, quanto à formação da vontade, ato administrativo complexo.
- D** classifica-se como ato administrativo meramente enunciativo.
- E** apresenta vício de forma.

QUESTÃO 33

Após regular processo administrativo disciplinar, servidor público estável, ocupante do cargo de técnico judiciário, regido pela Lei n.º 8.112/1990, foi demitido, tendo sua demissão sido posteriormente invalidada por meio de decisão judicial.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O referido servidor não terá direito ao ressarcimento das vantagens decorrentes de sua reinvestidura no cargo.
- B** Caso a demissão houvesse sido invalidada por decisão administrativa, o servidor teria de recorrer ao Poder Judiciário para ser reinvestido no cargo anteriormente ocupado.
- C** O servidor em questão deverá ser reinvestido no cargo anteriormente ocupado por meio da recondução.
- D** Na hipótese de o cargo de técnico judiciário ter sido extinto, esse servidor terá de ser removido para cargo com atribuições semelhantes.
- E** Na hipótese de o cargo de técnico judiciário em questão estar ocupado, o seu eventual ocupante poderá ser reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.

QUESTÃO 34

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta acerca do estágio probatório.

- A** Se o servidor não for aprovado no estágio probatório, ele será demitido.
- B** O técnico judiciário em estágio probatório poderá acumular seu cargo público com um emprego público no Banco do Brasil, caso haja compatibilidade de horários.
- C** Os vencimentos de técnico judiciário em estágio probatório poderão ser reduzidos, caso essa redução seja de interesse público.
- D** Se, em razão de doença de genitor, o servidor usufruir de licença durante o período de seu estágio probatório, este ficará suspenso durante a licença e será retomado a partir do término do impedimento.
- E** Devido ao fato de ainda não ter adquirido a estabilidade, o técnico judiciário que esteja em estágio probatório não poderá exercer função de chefia, em seu órgão de lotação, durante o estágio.

QUESTÃO 35

Determinada autoridade sanitária, após apuração da infração, em processo administrativo próprio, aplicou a determinada farmácia a pena de apreensão e inutilização de medicamentos que haviam sido colocados à venda, sem licença do órgão sanitário competente, por violação do disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes.

Nessa situação hipotética, a autoridade sanitária exerceu o poder

- A** hierárquico, em sua acepção de fiscalização de atividades.
- B** hierárquico, em sua acepção de imposição de ordens.
- C** disciplinar, em razão de ter apurado infração e aplicado penalidade.
- D** regulamentar, em razão de ter constatado violação das normas regulamentares pertinentes.
- E** de polícia, em razão de ter limitado o exercício de direito individual em benefício do interesse público.

QUESTÃO 36

Caso determinado órgão público pretenda contratar serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, a ser prestado por pessoa jurídica de notória especialização, a licitação

- A** será dispensada.
- B** será inexigível.
- C** será dispensável, devido ao fato de se referir a serviço técnico específico.
- D** deverá ser do tipo melhor técnica.
- E** deverá ser realizada na modalidade convite.

QUESTÃO 37

A respeito do procedimento de licitação na modalidade concorrência, é correto afirmar que

- A** as minutas dos editais de licitação devem ser previamente submetidas ao órgão de assessoramento jurídico da administração para o exame de natureza obrigatória.
- B** a etapa da habilitação ocorre após o julgamento das propostas e diz respeito à verificação da documentação relativa à habilitação jurídica e à qualificação econômico-financeira do licitante vencedor.
- C** será assegurada, na etapa de julgamento das propostas, como critério de desempate, preferência à primeira proposta que tiver sido protocolada.
- D** a autoridade competente pode deixar de homologar a licitação bem como revogá-la por motivo de conveniência ou oportunidade.
- E** deve ser designada comissão especial de licitação, a qual deverá ser composta por, no mínimo, três servidores públicos pertencentes ao quadro permanente do órgão responsável pela licitação.

QUESTÃO 38

Se determinado agente de uma sociedade de economia mista estadual, concessionária do serviço de energia elétrica, causar, durante a prestação de um serviço, dano à residência de um particular,

- A** a concessionária responderá objetivamente, de acordo com a teoria do risco integral, caso fiquem comprovados o dano causado ao particular, a conduta do agente e o nexo de causalidade entre o dano e a conduta.
- B** a concessionária de serviço público poderá responder pelo dano causado ao particular, independentemente da comprovação de culpa ou dolo do agente.
- C** haverá responsabilidade subjetiva do estado federado, caso a concessionária de serviço público não tenha condições de reparar o prejuízo causado.
- D** será excluída a responsabilidade da concessionária e a do estado federado, caso o particular tenha concorrido para a ocorrência do dano.
- E** a concessionária não responderá pelo dano, por não possuir personalidade jurídica de direito público.

QUESTÃO 39

Determinada autoridade administrativa deixou de anular ato administrativo ilegal, do qual decorriam efeitos favoráveis para seu destinatário, em razão de ter decorrido mais de cinco anos desde a prática do ato, praticado de boa-fé.

Nessa situação hipotética, a atuação da autoridade administrativa está fundada no princípio administrativo da

- A** tutela.
- B** moralidade.
- C** segurança jurídica.
- D** legalidade.
- E** especialidade.

QUESTÃO 40

O regime jurídico-administrativo caracteriza-se

- A** pelas prerrogativas e sujeições a que se submete a administração pública.
- B** pela prevalência da autonomia da vontade do indivíduo.
- C** por princípios da teoria geral do direito.
- D** pela relação de horizontalidade entre o Estado e os administrados.
- E** pela aplicação preponderante de normas do direito privado.

QUESTÃO 41

Acerca dos órgãos do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O TSE, órgão máximo da justiça eleitoral, atua como revisor de decisões de tribunais regionais e, nas eleições presidenciais, como instância originária.
- B** É vedado ao STF exercer controle sobre decisões exaradas pelo CNJ.
- C** O CNJ controla todo o Poder Judiciário brasileiro, sendo o órgão máximo na hierarquia desse Poder.
- D** O TSE possui sedes nas capitais dos estados e no Distrito Federal.
- E** Cabe ao TSE responder, em caráter vinculativo, a consultas sobre matéria eleitoral formuladas em caráter concreto.

QUESTÃO 42

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** A soberania nacional pressupõe a soberania das normas internas fixadas pela CF sobre os atos normativos das organizações internacionais nas situações em que houver conflito entre ambos.
- B** A dignidade da pessoa humana não representa, formalmente, um fundamento da República Federativa do Brasil.
- C** Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa visam proteger o trabalho exercido por qualquer pessoa, desde que com finalidade lucrativa.
- D** Em decorrência do pluralismo político, é dever de todo cidadão tolerar as diferentes ideologias político-partidárias, ainda que, na manifestação dessas ideologias, haja conteúdo de discriminação racial.
- E** A forma federativa do Estado pressupõe a repartição de competências entre os entes federados, que são dotados de capacidade de auto-organização e de autolegislação.

QUESTÃO 43

As constituições classificam-se, quanto

- A** à estabilidade, em imutáveis, rígidas, flexíveis ou semirrígidas.
- B** à origem, em escritas ou não escritas.
- C** à forma, em materiais ou formais.
- D** ao conteúdo, em dogmáticas ou históricas.
- E** ao modo de elaboração, em analíticas ou sintéticas.

QUESTÃO 44

Com referência aos princípios e às garantias do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- A** Dado o princípio da unidade, os membros do MP podem ser substituídos uns pelos outros, desde que sejam da mesma carreira.
- B** Em decorrência do princípio da independência funcional, cada um dos membros do MP vincula-se somente à sua convicção jurídica, quando se trata de assunto relacionado com sua atividade funcional.
- C** Em razão da inamovibilidade, assegura-se aos membros do MP que não sejam removidos em nenhuma hipótese.
- D** Dada a vitaliciedade, os membros do MP não podem ser destituídos do cargo, ainda que alcancem a idade para a aposentadoria compulsória.
- E** Em decorrência do princípio da indivisibilidade, os promotores e os procuradores integram um só órgão, sob a direção de um só chefe.

QUESTÃO 45

A respeito da administração pública e dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A** O sistema constitucional brasileiro adota o modelo descentralizado de administração, em que há diversas entidades e órgãos com competências diferenciadas para a realização das atividades administrativas.
- B** O servidor público dotado de estabilidade e de cargo efetivo apenas responderá civilmente por dano causado a terceiro no exercício da função, se comprovado que ele agiu com dolo.
- C** A proibição de acumular remunerações de cargos públicos não se estende aos empregados públicos de sociedades de economia mista.
- D** O princípio da moralidade administrativa impõe ao servidor somente o dever de praticar atos que sejam juridicamente corretos.
- E** Dado o princípio da impessoalidade, em nenhuma hipótese, será considerado válido ato fundado em interesses pessoais.

QUESTÃO 46

A respeito do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A** O mandato dos senadores é de quatro anos.
- B** O quórum de votação de proposta em cada casa do Congresso Nacional e em suas comissões é de maioria simples de votos, ao passo que o quórum de instalação das sessões é de maioria absoluta de seus membros.
- C** Compete ao Senado autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República.
- D** Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República em casos de crimes de responsabilidade.
- E** É vedado ao Poder Legislativo exercer as funções de administrar e de julgar, sob pena de violação da separação dos poderes.

QUESTÃO 47

A respeito das atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado, assinale a opção correta.

- A** O ministro da Defesa, que exerce o comando supremo das Forças Armadas, deve nomear os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- B** As atribuições dos ministros de Estado incluem o dever de orientar, coordenar e supervisionar os órgãos e as entidades da administração federal na área de sua competência.
- C** Os cargos de ministro de Estado, de livre nomeação pelo presidente da República, devem ser ocupados por brasileiros natos, maiores de vinte e um anos de idade, no pleno exercício de seus direitos políticos.
- D** Compete privativamente ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e aos ministros de Estado expedir decretos para a regulamentação das leis.
- E** Compete privativamente ao presidente da República determinar, mediante decreto, a criação de cargos públicos remunerados.

QUESTÃO 48

No que se refere aos entes federativos, assinale a opção correta.

- A** Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos, desde que haja aprovação da população interessada, por referendo, e do Congresso Nacional, por lei aprovada por maioria simples.
- B** Para que ocorra o desmembramento do território de um estado, é necessário que a população da área a ser desmembrada e a população do território remanescente sejam consultadas.
- C** Cabe à União o exercício de atribuições da soberania do Estado brasileiro, razão por que esse ente se confunde com o próprio Estado federal.
- D** Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios assegurar a defesa nacional.
- E** O município é dotado de capacidade de auto-organização e de autoadministração, no exercício das competências administrativas e tributárias conferidas pela constituição do estado no qual se localiza.

QUESTÃO 49

A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** A inviolabilidade do advogado é relativa, de modo que ele pode responder penalmente pela utilização de expressões ofensivas durante o exercício da sua profissão.
- B** Devido ao fato de o advogado exercer função essencial à administração da justiça, é indispensável sua presença para a prática de todos os atos em juízo.
- C** É permitido aos defensores públicos o exercício de advocacia privada, desde que seja realizada em horário não coincidente com o do serviço público.
- D** Cabe à Advocacia-Geral da União, que exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, representar, judicial e extrajudicialmente, a União e o Distrito Federal.
- E** A defensoria pública deve manter convênio direto com a Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 50

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Os direitos sociais, econômicos e culturais são, atualmente, classificados como direitos fundamentais de terceira geração.
- B** O direito ao meio ambiente equilibrado e o direito à autodeterminação dos povos são exemplos de direitos classificados como de segunda geração.
- C** A comissão parlamentar de inquérito tem autonomia para determinar a busca e a apreensão em domicílio alheio, com o objetivo de coletar provas que interessem ao poder público.
- D** A entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, é permitida durante o dia e a noite, desde que haja autorização judicial.
- E** A doutrina moderna classifica os direitos civis e políticos como direitos fundamentais de primeira geração.

QUESTÃO 51

Com base no disposto na Lei n.º 4.737/1965, assinale a opção correta.

- A** A guarda da urna eleitoral é da competência exclusiva, pessoal, intransferível e indelegável do presidente da junta eleitoral.
- B** Havendo uma única junta eleitoral no município, esta será responsável pela expedição dos diplomas dos vereadores.
- C** Compete às juntas eleitorais a apuração das eleições, que deve ser processada até o primeiro dia útil posterior à realização do pleito eleitoral.
- D** Cabe ao TRE a expedição dos diplomas aos eleitos no pleito de chefe do Poder Executivo municipal.
- E** As juntas eleitorais compõem-se por um juiz de direito e por quantos cidadãos de notória idoneidade o juiz desejar convocar para a sua formação.

QUESTÃO 52

No que se refere ao voto, ao alistamento eleitoral, aos órgãos da justiça eleitoral, bem como à composição desses órgãos, assinale a opção correta.

- A** O voto para a escolha dos indicados pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Tribunal Superior Eleitoral é direto e aberto, dado o princípio da publicidade eleitoral, que veda a adoção de medidas sigilosas.
- B** O Tribunal Superior Eleitoral é composto por seis magistrados de notório saber jurídico indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- C** Os juízes eleitorais são considerados órgãos da justiça eleitoral.
- D** O eleitor que, por qualquer motivo, extraviar a via do seu título eleitoral poderá requerer às juntas eleitorais a expedição de novo documento, desde que o faça até quarenta e oito horas antes do pleito.
- E** É obrigatório o alistamento eleitoral dos analfabetos, visto que todos são iguais perante a lei, conforme a Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 53

Considerando as disposições preliminares da Lei n.º 9.096/1995, assinale a opção correta.

- A** Para desligar-se de seu partido político, o filiado deve comunicar expressamente sua intenção ao órgão partidário e ao juiz competentes.
- B** O partido político pode aceitar como filiado qualquer pessoa natural, independentemente do estado em que ela se encontre, já que todos têm iguais direitos e deveres perante a lei.
- C** Os prazos de filiação partidária não podem ser objeto do estatuto dos partidos políticos.
- D** A personalidade jurídica de um partido político é constituída mediante cadastro do seu estatuto em cartório de registro civil de pessoas jurídicas de direito público.
- E** Registrado o partido político, cabe ao Tribunal Superior Eleitoral determinar sua estrutura interna e sua organização administrativa, uma vez que as verbas do fundo partidário são oriundas da União.

QUESTÃO 54

Com base no disposto na Resolução n.º 21.538/2003, assinale a opção correta.

- A** Em caso de perda ou extravio de título eleitoral, o eleitor deve registrar ocorrência policial para que a autoridade policial comunique o fato à respectiva junta eleitoral, a qual, automaticamente, enviará nova via do documento ao endereço cadastrado pelo eleitor no sistema eletrônico.
- B** O alistamento eleitoral por meio do sistema eletrônico de dados restringe-se às capitais brasileiras.
- C** Eleitor facultativo, com mais de oitenta e cinco anos de idade, que tenha permanecido regularmente inscrito perante a justiça eleitoral, durante o prazo legal, poderá exercer o seu direito ao sufrágio universal.
- D** No momento do pedido de alistamento, caberá à justiça eleitoral definir, por meio do sistema eletrônico de processamento de dados, o local definitivo de votação do eleitor.
- E** É autorizada a transferência informatizada do número de inscrição eleitoral de qualquer pessoa natural interessada.

QUESTÃO 55

Considerando a Lei n.º 13.165/2015, que promoveu alterações na legislação eleitoral, assinale a opção correta.

- A** A lei em questão alterou o prazo para os partidos políticos e as suas coligações solicitarem à justiça eleitoral o registro de seus candidatos.
- B** A referida lei veda a individualização, pelos partidos e pelos candidatos, da contabilização dos gastos de campanha.
- C** Com a nova lei, o candidato passou a ter o direito de utilizar, de forma ilimitada, suas próprias verbas para a promoção da campanha a que se lançar candidato.
- D** A referida lei alterou a data para a escolha dos candidatos, mas manteve o prazo para a deliberação a respeito das coligações.
- E** Relativamente à filiação partidária do candidato, o novo texto legal alterou a condição de prazo para concorrer às eleições para, no mínimo, dois anos antes do pleito.

QUESTÃO 56

Com relação às doações e às prestações de contas em campanhas eleitorais, assinale a opção correta.

- A** Quaisquer erros encontrados na prestação de contas, mesmo os materiais ou formais posteriormente corrigidos, podem resultar em sanção ao candidato e ao partido, bem como ensejar a reprovação das contas pela justiça eleitoral.
- B** A prestação de contas, no caso das eleições proporcionais, deve ser efetivada pelo próprio candidato.
- C** Em decorrência do direito constitucional ao sigilo bancário, não se pode exigir que candidatos às eleições majoritárias apresentem extratos e cheques relativos à movimentação financeira dos gastos efetivados em prol de sua campanha.
- D** Dispensa-se a prestação de contas das cessões de bens móveis de cada cedente até o limite de R\$ 40.000.
- E** As pessoas naturais ou jurídicas podem fazer doações pecuniárias anônimas a partidos políticos até o valor de R\$ 25.000.

QUESTÃO 57

Poderá ser considerada facultativa a apresentação à justiça eleitoral das despesas de campanha relativas a

- A** pagamento de multas por infração de candidato ou de partido político.
- B** montante percebido pelo candidato, em razão de sua atividade trabalhista, para fazer face às despesas familiares.
- C** aluguel de locais para comícios.
- D** programas e ações que visem promover propagandas em rádio e televisão.
- E** pesquisas efetuadas antes do pleito eleitoral para a verificação das intenções de voto.

QUESTÃO 58

No que se refere ao registro de candidatos, assinale a opção correta.

- A** A apresentação da declaração de bens assinada pelo requerente é facultativa para o candidato servidor público militar.
- B** Para fins de registro de candidato a cargo do Poder Legislativo municipal, é indispensável a apresentação, no momento do requerimento de registro, de proposta e plano de aperfeiçoamento da legislação pelo candidato.
- C** A não concessão de registro de candidatura por inércia do candidato possibilita que o partido ou a coligação faça a sua devida inscrição em até trinta dias antes do pleito.
- D** Os partidos e as coligações devem obedecer a data e hora limites, determinadas pela legislação, para requerer o registro de seus candidatos.
- E** Não há limitação quantitativa para o registro de candidatos, por partido político, para a disputa de pleito eleitoral a cargos do Poder Legislativo.

QUESTÃO 59

Acerca das normas que regem as coligações, assinale a opção correta.

- A** A coligação proporcional vincula os partidos da coligação majoritária, quando estas forem efetivadas nas duas formas, dentro da mesma circunscrição, podendo os coligados proporcionalmente celebrar novas coligações com partidos distintos dos da formação majoritária.
- B** A coligação deverá ter denominação própria, que não poderá resultar da junção de todas as siglas dos partidos que a integrem.
- C** Os partidos formadores de determinada coligação responderão perante a justiça eleitoral subsidiariamente ao partido da coligação que possuir maior representatividade no Congresso Nacional.
- D** No caso de aplicação de multas pela justiça eleitoral em decorrência de ilegalidades relativas às propagandas de campanha, respondem subsidiariamente, na seguinte ordem, as coligações, o partido político e o candidato.
- E** Poderão ser firmadas coligações entre partidos dentro da mesma circunscrição, tanto para pleitos majoritários quanto para pleitos proporcionais.

QUESTÃO 60

Considerando as normas que regem o processo eleitoral, assinale a opção correta.

- A** Por ocasião do alistamento, é indispensável a definição do domicílio do eleitor, faculdade pertencente à justiça eleitoral quando o cidadão informar mais de um endereço residencial. Nesse caso, a justiça eleitoral atribuirá ao eleitor o domicílio eleitoral cujo imóvel represente maior valor venal.
- B** O alistamento eleitoral não pode ser objeto de indeferimento, devendo o técnico judiciário, a quem compete expedir-lo, requerer ao analista judiciário ou à autoridade superior da justiça eleitoral a utilização do instituto da diligência em casos de dúvidas materiais.
- C** Embora o alistamento eleitoral seja facultativo para os menores de dezoito anos de idade e maiores de dezesseis anos de idade, no caso dos menores emancipados em razão do exercício de atividade empresarial ou de casamento civil, a faculdade transmuta-se em obrigação perante a justiça eleitoral.
- D** Constitui causa para o cancelamento do título eleitoral de cidadãos maiores de dezoito anos de idade e menores de setenta anos de idade a situação de irregularidade perante a justiça eleitoral, decorrente de inadimplência relativa a pagamento de multa por não terem votado nem justificado a ausência em três eleições consecutivas.
- E** Cancelado o título eleitoral, o cidadão deve aguardar o prazo mínimo de cinco anos para requerer nova inscrição à justiça eleitoral, ainda que cessadas as causas que geraram o respectivo cancelamento.

QUESTÃO 61

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI), cuja sede se encontra na capital do estado, integra a administração

- A** direta federal.
- B** direta fundacional federal.
- C** indireta estadual.
- D** autárquica indireta federal.
- E** indireta autárquica estadual.

QUESTÃO 62

Um técnico judiciário do TRE/PI assinou e encaminhou para publicação uma portaria de concessão de licença para capacitação de um analista judiciário pertencente ao quadro de servidores do tribunal. O ato de concessão da licença é de competência não exclusiva do presidente do tribunal.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O ato deve ser cassado, pois os requisitos para a sua prática não foram atendidos.
- B** Dado o vício insanável de competência, o ato deve ser revogado.
- C** O ato não possui vícios, razão por que não há providências a serem tomadas.
- D** O ato deve ser anulado com efeitos *ex-nunc*, por vício insanável de forma.
- E** Caso não seja verificada lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o ato deverá ser convalidado.

QUESTÃO 63

Acerca da requisição administrativa, assinale a opção correta.

- A** A requisição administrativa é definitiva, e deve ser precedida de indenização paga em dinheiro.
- B** A requisição administrativa é direito pessoal da administração pública, incidindo sobre bens móveis, imóveis e serviços.
- C** A indenização é devida somente no caso de requisição administrativa de bens imóveis, condicionada à existência de prejuízo ou dano.
- D** Da requisição administrativa, cujo pressuposto é unicamente o interesse público, resulta indenização, sempre ulterior.
- E** Para a ocorrência da requisição administrativa, um direito real da administração pública, basta o interesse público.

QUESTÃO 64

Teobaldo, servidor público do estado do Piauí, adquiriu sua estabilidade em 27/1/2012. Em novembro de 2012, ele foi nomeado para o cargo de técnico judiciário no TRE/PI. Dentro do prazo legal, Teobaldo tomou posse e entrou em exercício em seu novo cargo, após solicitar vacância por posse em outro cargo inacumulável. Na avaliação de seu estágio probatório, no tribunal, Teobaldo foi reprovado, ou seja, foi considerado inapto para o exercício do cargo ocupado no TRE/PI.

Nessa situação hipotética, a administração deve aplicar, em relação a Teobaldo, o instituto denominado

- A** recondução.
- B** aproveitamento.
- C** exoneração.
- D** demissão.
- E** readaptação.

QUESTÃO 65

O TRE/PI autorizou o afastamento de um servidor para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* no país pelo período de doze meses, a contar de 29/2/2012 (quarta-feira). Não tendo havido prorrogação de seu período de afastamento o servidor voltou na data certa e em dia útil da semana.

Nessa situação hipotética, considerando-se as regras de prazos constantes na Lei n.º 9.784/1999, é correto afirmar que o servidor retomou suas atividades em

- A** 27/2/2013 (terça-feira).
- B** 1.º/3/2013 (sexta-feira).
- C** 5/3/2013 (terça-feira).
- D** 28/2/2013 (quinta-feira).
- E** 4/3/2013 (segunda-feira).

QUESTÃO 66

As competências de uma organização são muito mais do que a soma dos conhecimentos gerais de cada empregado individualmente; outros aspectos estão incluídos no conceito de competência organizacional, inclusive no setor público. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Perenes são competências que têm o papel de distinguir um desempenho superior de um desempenho mediano.
- B** Transitórias são competências que, durante um tempo, são importantes para a organização e para as atividades desenvolvidas, mas que tendem a ser superadas.
- C** Declinantes são competências que precisam ser mobilizadas durante processos de mudança, embora sejam pontuais e menos enfatizadas na estratégia organizacional.
- D** Emergentes são competências que podem não ser relevantes para as atividades atuais da organização, mas que, caso se considerem a estratégia e a visão de futuro, serão enfatizadas posteriormente.
- E** Diferenciais são competências de um grupo fundamental de competências organizacionais intimamente relacionadas à obtenção do desempenho desejado, e que permanecem relevantes para as tarefas ao longo do tempo, independentemente da direção estratégica da organização.

QUESTÃO 67

A modalidade de licitação denominada pregão

- A** é utilizada, entre quaisquer interessados, para a venda de bens móveis, produtos penhorados e bens imóveis a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao da avaliação.
- B** é utilizada entre os interessados do ramo pertinente ao objeto, cadastrados ou não, em um número mínimo de três, e seu edital deve ser publicado com antecedência mínima de vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
- C** é utilizada entre interessados devidamente cadastrados para a celebração de contratos relativos a obras, serviços e compras de pequeno vulto.
- D** é sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.
- E** é utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, conforme critérios constantes em edital, que deve ser publicado com quarenta e cinco dias de antecedência.

Espaço livre

QUESTÃO 68

Conforme orientações e manuais publicados pelo Tribunal de Contas da União, as fases de um convênio são

- A** proposição, celebração ou formalização, execução e prestação de contas.
- B** definição de unidade executora, elaboração do termo de referência e padronização.
- C** estabelecimento de consórcios públicos, definição de convenientes e assinatura de termo aditivo.
- D** chamamento público, cadastramento, proposta de trabalho e repasse.
- E** regulamentação, assinatura de acordo, definição dos partícipes e execução.

QUESTÃO 69

De acordo com a Portaria Interministerial n.º 507/2011, o instrumento jurídico que regula a prestação de serviços realizados pela mandatária da União — que deve conter as atribuições delegadas, as limitações do mandato e a forma de remuneração pelos serviços — a favor do concedente denomina-se

- A** contrato de prestação de serviços.
- B** consórcio público.
- C** termo de cooperação.
- D** projeto básico.
- E** contrato administrativo de execução.

QUESTÃO 70

O TRE/PI firmou um contrato administrativo com um particular para o fornecimento de determinados bens. Durante a execução do contrato, foi publicada uma lei que aumentou impostos sobre esses bens. A revisão do contrato foi, então, proposta com base em causas que justificassem a inexecução contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Nessa situação hipotética, a revisão baseia-se na ocorrência

- A** do fato do príncipe.
- B** de caso fortuito.
- C** de força maior.
- D** do fato da administração.
- E** de interferência imprevista.